



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HISTÓRIAS ESQUECIDAS: CASOS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI DO VENTRE
LIVRE EM ESTÂNCIA-SERGIPE (1875)**

São Cristóvão/ 2019

HISTÓRIAS ESQUECIDAS: CASOS SOBRE A APLICAÇÃO DO VENTRE LIVRE EM ESTÂNCIA EM (1875)

Pedro Alan Souza Silva Rodrigues de Almeida

pedro.alan18@outlook.com

Orientadora: Prof^a Msc. Maria Izabel Ladeira Silva

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo levantar hipóteses a cerca de dois documentos específicos enquadrados na Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco. A partir da análise documental e de leituras que endossam a temática, fomentar estudos posteriores sobre o tema. As fontes utilizadas encontram-se presentes no Arquivo do Judiciário do estado de Sergipe. Norteiam essa pesquisa o histórico da referida lei, em um plano macro e a nível regional, evocando as principais perspectivas historiográficas nacionais e regionais. Será através da principal bibliografia selecionada que traçaremos um histórico detalhado, realizando contrapontos em contextos macro/micro respectivamente.

PALAVRAS – CHAVE: Escravo. Lei do Ventre Livre. Abolição.

ABSTRACT

This work has as main objective to raise hypotheses about two specific documents framed in Law no. 2,040 of September 28, 1871, popularly known as Free Womb Law or Rio Branco Law. Based on documentary analysis and readings that endorse the theme, encourage further studies on the subject. The sources used are present in the Judicial Archive of the state of Sergipe. This research was based on the history of this law, at a macro and regional level, evoking the main national and regional historiographical perspectives. It will be through the main bibliography selected that we will trace a detailed history, performing counterpoints in macro / micro contexts respectively.

KEYWORDS: Slave. Law of the Free Womb. Abolition.

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa, é levantar alguns questionamentos a títulos hipotéticos no que tange a aplicação da Lei do Ventre Livre. Trata-se, portanto, de um desafio, desde o contato com a fonte primária, na maioria dos casos deteriorada pela ação do tempo até o levantamento das hipóteses.

Em Sergipe, a historiografia concernente à emancipação de escravos é um tanto escassa, construir argumentos sustentados apenas por poucas fontes é um grande desafio. Para mais tentaremos dialogar com dois casos isolados, de períodos históricos muito próximos, casos e histórias que foram esquecidas e que outrora poderão sustentar uma pesquisa endossada e fecunda.

A aplicação da referida Lei do Ventre Livre pode ser interpretada de diversas formas, abrindo margens para ambiguidade. Entender as relações entre os atores sociais descritos na lei, é um dos caminhos para a compreensão da Lei. A lei representava de forma mascarada a salvaguarda dos senhores?

À luz da bibliografia existente, buscaremos discorrer sobre o tema em questão, traçando um histórico e analisando brevemente os fatores que levaram a aprovação da Lei do Ventre Livre, consequentemente engatilhando o fatídico fim do sistema escravista e a consolidação paulatina de um mercado de trabalho livre no Brasil.¹

No decorrer deste trabalho tentaremos traçar um panorama geral da situação jurídica e social em Sergipe, interpolado ao contexto nacional, descrito no primeiro tópico a respeito da Lei do Ventre Livre e seus efeitos. Munido de bibliografia concisa, buscaremos facilitar a compreensão do leitor a respeito do tema.

Buscaremos analisar os dois casos específicos citados anteriormente, sendo eles: A *petição do escravo José – requerendo sua carta de liberdade*, estando coberto pela Lei do Ventre Livre e da *Suplicante Rosa Olinda da Silveira – pleiteando a tutela sob a filha de sua escrava*.

Tentaremos discorrer sobre os ingênuos que viviam sob a égide dos senhores de suas mães escravas, questionado assim a eficácia da referida lei, ademais todo seu aparato legal. São histórias isoladas e esquecidas pela historiografia que despertam nosso senso de curiosidade, tornando prazeroso o “ofício do historiador”, como diria Marc Bloch “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (JACQUES LE GOFF apud MARC BLOCH 2001, p.20).

¹ Vide GEBARA, 1986. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil**. Editora Brasiliense. São Paulo 1986. Ed 1. 220p.

1. O HISTÓRICO DA LEI DO VENTRE LIVRE

1.1 COMPREENDER A LEI DO VENTRE LIVRE E SEU SIGNIFICADO?

A Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco foi cunhada em um contexto histórico marcado por fatores que levaram a uma grande mudança político-social a partir do momento de sua aprovação; antes disso já estava em discussão no parlamento o projeto de abolição gradual da escravidão, mais precisamente após 1850 quando havia sido extinto o tráfico africano de escravos.

A Lei de 1871 constituiu um componente decisivo na organização e disciplina do mercado de trabalho livre. Neste capítulo iremos analisar o desenrolar e alguns fatores que antecederam a aprovação da Lei do Ventre Livre, tais como o processo de elaboração, sua aplicação e os efeitos.

Antes de desenvolvermos um discurso concomitantemente à análise documental aqui proposta, é sumariamente salutar compreender os meios legais da época concernente a emancipação de escravos, não somente analisar este aparato legal, mas abordar brevemente o contexto político em que o país estava imerso.

Ao tratarmos da segunda metade do século XIX, deparemos-nos com um cenário de conflitos políticos, no qual estava em pauta no parlamento a emancipação gradual dos cativos. Certamente havia grandes interesses na manutenção do sistema escravocrata, claramente estava em jogo o braço forte da mão de obra escrava, ao mesmo tempo em que se constatava um país atrasado e desumano – na perspectiva dos abolicionistas.

É de suma importância a busca da compreensão do significado da Lei do Ventre Livre por se tratar de um fenômeno político complexo. Logo tentaremos argumentar com maior embasamento teórico, esmiuçando os principais pontos citados acima, isso nos possibilitará ter um panorama geral dos mecanismos e do funcionamento da Lei do Ventre Livre.

Em 1871, Rio Branco foi convidado pelo imperador D. Pedro II para formar um novo gabinete, ele logo preocupou-se em propor reformas que careciam de maior atenção: no sistema eleitoral, na administração da justiça, na guarda nacional e por fim no elemento servil, o alvo de nossas análises.

Rio Branco identificava como ponto central da reforma do elemento servil (implementada pela lei de 1871) a proibição de que o nascituro fruto de mãe escrava adquirisse a mesma condição jurídica que ela (escravo). A Lei do Ventre Livre, mesmo antes de ser discutida e aprovada, ganhou novas conotações, ou seja, as “cosmovisões” dos diferentes atores sociais (parlamentares, fazendeiros e escravos) envolvidos eram divergentes.

Logo cada um viu os eventos que antecederam a legislação de 1871 sob diversas perspectivas. Inclusive já havia discussões na década de 1850 logo após a extinção do tráfico negro, sendo o projeto inicialmente descartado e revivido em 1866 por Silva Guimarães, CARVALHO (2007).

Dentro desse contexto, evidenciaram-se alguns argumentos que tentam explicar o significado da lei de 1871, ou pelo menos os meios pelos quais se percorreu até se chegar em um consenso, a saber: 1- a influência inglesa tangente à temática da modernização do Brasil (transição para um sistema capitalista); 2- a lei de 1871 teria sido um acordo dúbio, ou seja, se por um lado destruiu a escravidão (instituição), por outro lado manteve a existência de escravos, consequentemente protelando a questão da mão de obra; 3- a participação direta do Imperador.

Todos os argumentos apresentados à luz da bibliografia utilizada, nos possibilitam ter um panorama geral do que foi a Lei do Ventre Livre, no entanto compreender apenas tais argumentos não nos conduz a um consenso, pois trata-se de um fenômeno complexo. Logo, entender seu significado de forma objetiva torna-se um desafio.

A Lei do Ventre Livre significou mudanças no plano econômico e social sem precedentes, alterando os rumos da história do país. Por conseguinte, não há “uma receita de bolo” que nos guie na construção de um significado completamente objetivo.

Sem mais delongas, a Lei de 1871 foi “construída” em um contexto político onde havia a emergência da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, a longo prazo isso significava a implantação do capitalismo com a criação de um mercado de trabalho de livre, doravante a escravidão ser paulatinamente abolida, a fim de evitar um colapso econômico da agricultura brasileira.

Destarte, a Lei de 1871 mexeu com a sociedade escravista, ela foi o primeiro passo para abolição, consta-nos que naquele cenário não havia espaço para a manutenção de dois modos de trabalho (trabalho escravo e trabalho livre). Seria apenas uma questão de tempo para a escravidão ruir, vindo a ser completamente abolida, segundo o projeto, em 1892.

Para melhor compreender o significado da Lei do Ventre Livre, GEBARA (1986) esclarece-nos afirmando: “No entanto, a lei de 1871 foi mais do que uma resposta coordenada a essa conjunção de pressões e acontecimentos. Também foi uma estratégia consciente, dirigida para lidar com o problema mais amplo de controlar e disciplinar a organização do mercado de trabalho.”

1.2 AS PRESSÕES BRITÂNICAS E A INFLUÊNCIA SOBRE A DISCUSSÃO DO PROJETO

Paralelamente à Guerra do Paraguai, as pressões britânicas criaram pontos de tensão no que tange a questão a escrava. Para compreender essas tensões, devemos conhecer a gênese desses pontos, que foram reconhecidos pela historiografia, constando a partir do fim do tráfico internacional de escravos. Porém cabe aqui analisar apenas as tensões concernentes à questão escrava, consequentemente no que tange a influência sobre a discussão do projeto.

As pressões britânicas acerca da questão escrava datam da década de 1830, mais precisamente culminou na extinção do tráfico internacional de escravos. As tensões se estenderam até meados da década de 1860, onde se deu o apogeu da crise diplomática anglo-brasileira. Consta segundo GEBARA (1986), que uma crise anglo-brasileira se instaurou a partir de 1860. As pressões eram unilaterais, visavam prevenir a retomada do tráfico de escravos.

Indubitavelmente as pressões britânicas eram prementes, porém é questionável se apenas isso foi o suficiente para ganhar aquiescência da Coroa, uma vez que o crescimento dessas pressões não se revelava tão eficientes. O argumento do Barão de Cotegipe corroborava tais questões: “o governo não poderia ser influenciado por opiniões, mas sim pelos interesses do país.” (GEBARA, 1986, p. 41).

Pode-se concluir que apenas as pressões britânicas não explicam a Lei de 1871, uma vez que os interesses do país, diga-se de passagem de cunho econômico, estavam acima de opiniões alheias, seria válido considerar um conjunto de fatores que levaram à discussão do projeto e finalmente a aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871, como veremos adiante.

1.3 A ELABORAÇÃO DA LEI DE 1871 E A INFLUÊNCIA DA GUERRA DO PARAGUAI

Afirmar que a Lei do Ventre Livre foi única e exclusivamente fruto de pressão interna é um equívoco, como visto acima, projetos vinham sendo discutidos pelo menos 20 anos antes de sua aprovação e certamente houve algumas pressões internas e externas que alavancaram o projeto de liberação do ventre.

Algumas dessas iniciativas merecem maior notoriedade, a exemplo das “pressões britânicas” que foram um dos pontos preponderantes no pontapé inicial das discussões, vale

lembrar que isso por si só não culminou na aprovação da lei de 1871, mas facilitou a sua compreensão a partir das análises dos documentos contemporâneos (GEBARA, 1986).

Decerto, a historiografia nos revela um leque de possibilidades de enfoques sociais e políticos que culminaram na discussão do projeto e posteriormente na aprovação da Lei de 1871. Como vimos anteriormente, pelo menos 20 anos foram necessários para que houvesse um consenso.

Podemos elencar algumas premissas que forçaram as discussões em torno da Lei de 1871 como por exemplo, as pressões inglesas, a postura do imperador e a incompatibilidade da escravidão com o sistema capitalista, o mercado de trabalho livre e a influência da Guerra do Paraguai.

A Guerra de 1865 certamente interferiu nas decisões tomadas acerca da questão escrava, uma vez que uma grande leva de escravos voluntários (minoria) e negros libertos foram para os fronts de batalha combater as tropas de Solano Lopez. Este por sua vez ao propor a abolição da escravidão nos territórios estrangeiros sob o domínio de forças paraguaias buscava disseminar a insatisfação num exército com pequena quantidade de negros e escravos.

A Guerra do Paraguai levou a sociedade brasileira a refletir sobre a questão escrava, uma vez que viera à tona o argumento de que era impensável confiar a defesa do país nas mãos dos escravos. Concomitante a participação escrava na guerra, encontramos também o problema da agitação escrava. Exemplo que GEBARA, 1986 aponta para fatos curiosos, em que pequenos crimes que podiam ser cometidos por apenas uma pessoa ganha uma conotação coletiva, provando a união da escravaria e reafirmando sua resistência, além disso tudo gerar uma certa contradição, já que “lutavam uma guerra cujas causas não eram suas”.

Após algumas discussões preliminares, D. Pedro II nomeia uma comissão presidida por Nabuco de Araújo, cuja missão seria elaborar um projeto baseado nas discussões que já estavam em andamento. Alguns anos mais tarde, outra comissão é nomeada pela Câmara dos Deputados, desenvolveu o texto da lei. Daí em diante o progresso dos debates sobre a questão servil foram equilibrados e paulatinos.

Somente após um ano, Rio Branco assume a liderança de um novo gabinete incumbido de promover as reformas, principalmente da questão servil. No dia 12 de maio de 1871 os anteprojetos outrora mencionados são transformados em projeto de lei e enviados ao Parlamento.

1.4 ESTRUTURA DA LEI DO VENTRE LIVRE: FUNCIONAMENTO

Faz parte da compreensão da elaboração da lei, sintetizar seus principais pontos. O texto definitivo da Lei foi baseado no projeto proposto anteriormente por Rio Branco, para tanto é necessário o entendimento desses pontos para analisarmos a aplicação da Lei do Ventre Livre.

Ademir Gebara aponta três pontos fundamentais para a compreensão da Lei do Ventre Livre, em sua estrutura. Os filhos de escravos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871 seriam considerados livres. Caberia ao senhor cuidar dessas crianças até o oitavo ano de vida, completado esse período o senhor tinha duas possibilidades, entregar a criança ao Estado em troca de indenização ou ficar com o liberto até que ele completasse 21 anos. Neste período a indenização se dava por meio do trabalho do liberto.

A segunda questão apontada pelo autor consistia na criação de um Fundo de Emancipação que tinha como intuito “libertar tantos escravos quantos a renda anual disponível do fundo permitisse.” (GEBARA, 1986, p.51).

A terceira questão refere-se à regulamentação das sociedades emancipadoras que libertou os escravos que pertenciam ao Estado, exatamente aqueles cujos senhores eximiram-se da responsabilidade de cuidar. Daí por diante o texto da lei encarregava-se de dar diretrizes para a transição do regime de trabalho (trabalho escravo para trabalho livre).

Ainda dentro das prerrogativas mencionadas anteriormente é válido esclarecer que a lei mantinha estreitos os laços entre proprietário e escravo, sob o pressuposto de que o senhor poderia ou não utilizar dos serviços do menor filho de sua escrava até os 21 anos de idade, seria mais um meio de ser indenizado.

Mesmo havendo o Fundo de Emancipação, este não assegurava a certeza da liberdade ao escravo, e os rendimentos pecuniários destes escravos, tudo dependia da vontade do senhor, o que ficou registrado por meio do decreto nº 5.135 de 13 de dezembro de 1872.

Um tema que nos chama a atenção foi a Matrícula Geral dos escravos, que tinha como intuito estabelecer uma espécie de censo, grosso modo, contar os escravos existentes no Império. Segundo Amaral, (2012, p. 225) “Além do arbitramento, a Lei de 28 de setembro de 1871 inovava na proteção ao escravo através do dispositivo de matrícula.”

A Matrícula dispunha de uma brecha. Caso o escravo não fosse matriculado pelo seu senhor ou alguém competente dentro do prazo estabelecido seria judicialmente livre. Esse dispositivo serviu para acompanhar os efeitos da Lei de 1871 e forçar os senhores a matricular seus escravos sob pena destes tornarem-se livres.

Essa tarefa ficava a cargo dos municípios, onde os escravos, inclusive crianças eram matriculados e o documento ficava sob a posse das principais paróquias e que posteriormente poderia vir a ser consultado. Nos anexos deste trabalho dispomos de um modelo de Matrícula que consta da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, em Estância.

Em suma a Lei visava assegurar de forma gradual e de uma forma cautelosa a libertação das próximas gerações além de propor algumas possibilidades de liberdade para os escravizados. Entende-se que o objetivo do projeto do Império era permitir que os senhores determinassem o destino de seus escravos

Para que possamos compreender os resultados seguidos da aprovação e aplicação da lei, devemos novamente vislumbrar as suas proposições e ter a perspicácia de compreender que as medidas graduais e cautelares visavam efeitos de médio a longo prazo, a fim de adaptar o mercado de trabalho livre e salvaguardar a economia imperial que ainda dependia da mão de obra escrava.

1.5 A APLICAÇÃO DA LEI DO VENTRE LIVRE E SEUS RESULTADOS

A aplicação da Lei de 1871 se deu nos moldes de uma sociedade que se preparava para o processo de transição no que diz respeito ao regime de trabalho, como vimos anteriormente. Agora cabe-nos questionar sobre a efetividade da lei, ou seja, a respeito da sua aplicação.

O regime de trabalho escravo adquiriu nova roupagem a partir do momento em que o Estado intervia, sendo um “agente modernizador das relações de trabalho” (GEBARA, 1986, p.57). As reais intenções da Lei de 1871 consistiam na tese da implantação de um mercado de trabalho livre no Brasil, com a aquiescência do Estado.

A quem a lei atendia? Ora, aos escravos, aos libertos uma vez que disciplinava o trabalho, impedindo a vadiagem e ainda contemplava os senhores de modo que estes podiam usufruir do trabalho do menor até os 21 anos de idade se assim optassem, além destes últimos disporem de tempo necessário para adaptação a um novo regime de trabalho.

Se analisarmos a Lei de 1871 com a perspectiva social, ou seja, tendo-se em vista as alterações implicadas por ela tal como vimos no decorrer deste trabalho, concluímos que houve sim uma efetividade na sua aplicação, uma vez que cumprira gradualmente com o que havia sido proposto.

Quanto aos efeitos produzidos pela Lei do Ventre Livre, devemos observa-los com outras perspectivas para além do viés econômico, principalmente devemos observar a partir

do viés político, que como já sabemos teve o intuito de disciplinar a transição para o trabalho livre.

A Lei do Ventre Livre produziu em alguns momentos um sentimento de desconforto e pessimismo. Havia preocupação com relação às condições dos libertos no que diz respeito a ociosidade, no entanto o foco principal era com o futuro da agricultura brasileira.

Com relação à postura adotada pelos fazendeiros da atual região sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo), que outrora impunham relutância durante o processo de discussão do que mais tarde tornar-se-ia a Lei do Ventre Livre, após a sua aprovação demonstraram receptividade para com a vigência da mesma.

Mediante discussões, os fazendeiros dessa região propunham o aproveitamento dos libertos, provendo-lhes um treinamento agrícola. Presume-se que seria uma estratégia de evitar a vadiagem. José Murilo de Carvalho aponta que relatórios do Ministério da Agricultura, após 1871, eram unânimes em demonstrar que a lei não tivera qualquer efeito dramático durante a década.

Outro aspecto apontado por José Murilo de Carvalho foi a manumissão de cativos de iniciativa privada, pondo o Fundo de Emancipação para “segundo plano”, tendo este manumitido um número singelo de escravos, por outro lado essa iniciativa privada manumitiu um número considerável se comparado ao Fundo de Emancipação.

A Lei do Ventre Livre teve a aquiescência e a submissão dos escravos, uma vez que esta possibilitava meios de adquirir a liberdade, tendo como auxílio o Fundo de Emancipação. Dados bibliográficos apontam para fraudes cometidas por escravos a fim de galgar uma melhor classificação e assim encaixarem-se nos critérios favoráveis para receberem os benefícios do Fundo.

Segundo AMARAL (2012), tais fraudes consistiam no princípio de que os escravos fruíam da “auto depreciação”, onde os mesmos em suas petições alegavam invalidez parcial ou alguma enfermidade, destarte tirando o interesse por parte de seu senhor, tendo seu preço estipulado abaixo do valor de sua aquisição, consequentemente tornado mais fácil a compra de sua liberdade.

Em suma, o processo de abolição gradual concebido sob a égide da Lei de 28 de setembro de 1871 possibilitou um grande avanço no trato da questão servil e avanços políticos imprescindíveis, no entanto retardou a abolição da escravidão, sendo impensável um rompimento abrupto dessa forma de trabalho que era o pilar econômico do império.

Todo processo de discussão, elaboração e aprovação da Lei do Ventre Livre constituiu um inteligente esquema político, pensado com o intuito de evitar um colapso da agricultura brasileira, tendo sua trama voltada para a organização de um mercado de trabalho no Brasil.

Dois aspectos foram inteligíveis na análise da Lei do Ventre Livre: a organização de um mercado de trabalho livre no Brasil e o enfraquecimento das relações de domínio do senhor sob seus escravos, uma vez que os cativos tinham a possibilidade de reivindicar e comprar sua liberdade.

Ao longo da década de 1870, as perspectivas da classe dominante foram se modificando, paulatinamente ganhou-se aquiescência dos fazendeiros, estratégias de adaptação à lei foram criadas e pouco a pouco a abolição aproximava-se.

2. A LEI DO VENTRE LIVRE EM SERGIPE: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 A RECEPTIVIDADE À LEI DO VENTRE LIVRE

Como vimos recentemente, a Lei de 28 de setembro de 1871 modificou as bases da questão escrava, trilhou caminhos para a implantação de um mercado de trabalho livre no Brasil, GEBARA (1986) e trouxe à tona as discussões da abolição gradual da escravidão. Em Sergipe, a Lei de 1871 apresenta algumas peculiaridades, no que tange a questão da receptividade da Lei e seus efeitos, como traçaremos a seguir.

A historiografia sergipana concentra seus esforços em analisar os processos de alforria durante a vigência da Lei. Vale lembrar que não cabe a este trabalho levantar um leque bibliográfico e analisar uma quantidade colossal de documentos, cabe-nos apenas nortear o leitor com relação ao estudo da Lei do Ventre Livre em Sergipe e eventualmente fomentar outras pesquisas.

Indubitavelmente, o contexto político de Sergipe está ligado ao processo que se desenrolou no resto do país naquele momento, decerto os efeitos produzidos pela Lei de 1871 foram também sentidos aqui. Porém observa-se uma mudança de postura dos atores sociais mencionados, escravos e senhores, onde percebe-se uma alteração nas relações escravistas.

A notícia da promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871 exaltou os ânimos da sociedade sergipana, tanto de senhores como principalmente de escravos, cuja interpretação da Lei não fora peculiar, AMARAL (2012). Anteriormente vimos que a receptividade à Lei ocorrera geralmente de modo pacífico, tendo sido registrados apenas casos isolados de levantes.

Em Sergipe, segundo AMARAL (2012) a recepção da Lei do Ventre Livre inicialmente se deu com uma interpretação equivocada por parte dos escravos, onde estes acreditavam estarem judicialmente libertos. Aliás o senhorio também assim acreditava; como era de se esperar, um grande alarde foi propagado. O Jornal de Aracaju noticiou equivocadamente a questão propagando esse mal entendido.

Os efeitos da promulgação da Lei do Ventre Livre em Sergipe, mais especificamente na região da Cotinguiba (alvo das pesquisas historiográficas) foram um tanto quanto nefastos, registrou-se uma onda de pilhagens, assassinatos e outros crimes praticados por escravos aquilombados.

Um fator importante para a compreensão da receptividade da Lei de 1871 em Sergipe foi o movimento quilombola, cuja interpretação sugere um aumento significativo da criminalidade e das revoltas escravas, como citado anteriormente. Até o momento da promulgação da lei, não havia consciência de seu significado por parte da população escrava, o que estava subentendido era que ninguém mais nasceria escravo, no entanto havia uma questão latente: e os que tinham nascido antes da promulgação da lei? Estes certamente deveriam recorrer ao Fundo de Emancipação ou ficar à mercê das vontades de seus senhores.

Para AMARAL (2012) o causador de todo o mal-estar na sociedade sergipana, foi a interpretação equivocada da Lei, que incitava a agitação escrava atrelado às pilhagens e aos assassinatos. Os chefes de polícia locais logo preocuparam-se em tomar medidas enérgicas e consequentemente muitos negros fugidos foram presos. O **quilombolismo** ganhava mais adeptos e não tardaria a chegar aos ouvidos dos negros das senzalas.

2.2 O QUE MUDOU APÓS A PROMULGAÇÃO DA LEI DO VENTRE LIVRE?

O acesso a liberdade preconizado pela Lei de 1871 permitiu que escravos nascidos antes da promulgação da Lei tivessem meios que facilitassem a alforria, como o já mencionado Fundo de Emancipação, porém a historiografia sergipana nos revela que houveram algumas alterações nas relações entre escravos e seus senhores.

Sem dúvidas, ao ter ciência de seus direitos preconizados pela lei, a Justiça era a principal via de acesso do escravo na sua busca pela liberdade. Segundo AMARAL, (2012), dados apontam que houve um aumento significativo na concessão das alforrias após a promulgação da lei, deve-se isso ao reconhecimento do pecúlio do escravo, à possibilidade de comprar sua liberdade ainda que sem o consentimento do senhor e ao fim da revogação da alforria por ingratidão.

Agora seria permitido ao escravo amealhar recursos para a compra de sua liberdade e assim indenizar o senhor, que estipulava o valor a ser pago por esse escravo. Porém, a fim de dificultar a compra da liberdade, o valor estipulado muitas vezes era igual ou superior ao valor de mercado, impossibilitando ou dificultando consideravelmente um acordo entre escravo e senhor.

Consta na historiografia que para burlar essas imposições, os escravos muitas vezes usavam de artimanhas e fraudes a fim de conseguir negociar o preço de sua liberdade, tais trapagens consistiam em o escravo auto depreciar-se como mencionado anteriormente, muitas vezes se passando por deficientes ou inaptos à labuta, logicamente seria mais fácil amealhar um valor abaixo de seu valor de mercado, caso seus senhores acreditassem na farsa.

Obviamente, podíamos esperar em decorrência de todas essas artimanhas um desgaste nas relações senhoriais (AMARAL, 2012), uma vez que eram abertas as possibilidades de o escravo peticionar junto ao órgão judicial competente, tornava-se mais difícil uma negociação amistosa e que não envolvesse mediadores/curadores.² A seguir teremos a oportunidade de vislumbrar dois exemplos de petição, em um deles o requerente é o senhor (a) e no outro o requerente é o escravo, logo analisaremos as duas faces dos discursos.

O que pudemos observar tendo como referência a historiografia concernente, é um desgaste nas relações de domínio senhorial, não apenas em Sergipe, mas no Império de um modo geral, conforme abordado no primeiro tópico. Indubitavelmente a Lei do Ventre Livre revolucionou as relações sociais no seio da sociedade sergipana, causou mal-estar e um equívoco de interpretação junto aos escravos.

3. HISTÓRIAS ESQUECIDAS, DUAS FACES INTERPRETATIVAS DA LEI DO VENTRE LIVRE EM ESTÂNCIA

Não apenas de grandes acontecimentos e grandes nomes a nossa história e consequentemente nossa identidade foi cunhada, os pequenos detalhes e as minúcias das pequenas histórias esquecidas constituem peças fundamentais na historiografia. Esse trabalho se propõe também a explorar histórias que foram esquecidas ou que passaram despercebidas.

Primeiramente vamos analisar e levantar algumas hipóteses sobre o documento: *Petição na qual a proprietária devido as constantes fugas de uma escrava mãe de uma maior de três anos liberta pela Lei do Ventre, requer a criação da criança.* Nele podemos

²Curadores seriam considerados uma espécie de advogados, que representariam judicialmente a pessoa que requeresse a petição. Vide GEBARA, 1986.

vislumbrar a relação entre a escrava Domingas e sua senhora D. Rosa Olinda. Estava em discussão a posse da criança, filha da escrava.³

A criança de que trata o documento tem três anos de idade, nascida após a promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, portanto encaixa-se nas prerrogativas previstas na lei. A dona de sua mãe, D. Rosa Olinda da Silveira em sua petição requer a posse da criança, que por sua vez era filha de sua escrava, cujo comportamento era de rebeldia e constantes fugas. A suplicante alega, segundo relatos do escrivão, que sua escrava não estava apta à labuta:

Rosa Olinda da Silveira, senhora possuidora de uma escrava de nome Domingas, não podendo continuar no senhorio da mesma em face do mau procedimento e fugas incessantes, a ponto de não prestar à suplicante serviços mais que uma terça parte de ano, vem requerer a Vossa Senhoria permissão para vende-la, ficando a cargo da suplicante a criação e tratamento de uma filha ingênua, de nome Leonilla, com a qual não manifesta a menor solicitude materna...

Nota-se que nesta situação em que havia mau comportamento do escravo e a posse de um ingênuo envolvido, se fazia necessário pedir autorização para a venda do(a) genitor(a) do ingênuo(a), o que abre margens para algumas indagações. Após a promulgação da Lei de 1871, o domínio senhorial havia enfraquecido ao ponto de estes perderem autoridade sobre seus escravos? Seria realmente necessário diante de tal situação, a autorização do Juiz de Órfãos para a venda de um (a) escravo (a) com prole? Em âmbito nacional, vimos anteriormente, segundo AMARAL, (2012) que o domínio senhorial estava sendo minado pelos direitos concedidos aos escravos.

Segundo o artigo 8º do Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, era necessário solicitar autorização ao Juiz de Órfãos no que tange a cessão de menores, como está previsto no *caput* do artigo, poderia haver dispensa da autorização caso houvesse falecimento da mãe biológica ou algum impedimento que não permitisse a criação por parte da mãe; logo D. Rosa Olinda amparou-se neste artigo do decreto para gozar de suas prerrogativas.

A petição nos revela também algo que era pouco comum, o senhor abdicar da indenização de 600\$000 (seiscentos mil réis) a que era direito dele conforme estava previsto na lei, daí é possível levantarmos algumas hipóteses, como por exemplo: havia uma relação de estima e carinho da senhora para com a “ingênua” que a teria feito abdicar da indenização?

³ O estado de conservação do documento utilizado era lastimável, logo a primeira página contendo o cabeçalho da referida petição estava ilegível em sua maioria. O documento está catalogado no fundo - EST/C. 2º OF - Petição Cx. 01/779, do Acervo do Arquivo do Judiciário.

O documento não nos dá informações precisas a respeito da relação entre D. Rosa e Leonilla, no entanto é possível inferir que a relação que a senhora mantinha com a escrava (mãe da criança) não seria tão saudável, dado às fugas incessantes da mesma, motivo que levou D. Rosa a acionar a Justiça:

Aos nove dias do mês de Agosto de mil oitocentos e setenta e cinco, nesta cidade da Estância, em meo cartório comparecerão perante mim a testemunha abaixo assignadas, D. Rosa Olinda da Silveira, moradora nesta cidade ...? ... pela própria de mim Escrivão das mesmas testemunhas e perante estão dessa forma de sua petição de... ?... estes autos e do despacho nela proferido hontem pelo Doutor Juiz de Órfãos Vicente da Silva Portella, o que tudo fará parte deste termo, tendo de vender... ...
... .. despacho a sua escrava Domingas ... solteira, dos serviços domésticos, matriculada sob o número seiscentos e quinze da Matrícula Geral do Município e dois da relação apresentada pela supplicante, digo apresentada por ella suplicante por não poder continuar no senhorio da mesma escrava, que digo... pelo presente termo, não só obriga á criação e tratamento de huma filha ingênua da referida escrava, de nome Leonilla, do maior de três annos de idade, como ... renunciava o direito, que ella supplicante tem á indenização...

Constatamos que a relação entre senhora e escrava não era das mais solícitas, logo questionamos se havia algum sentimento afetuoso dessa senhora para com a menor, que teria levado à renúncia da pequena fortuna a qual a senhora tinha direito. Infelizmente não será possível no âmbito deste trabalho apresentar um desfecho para essa história, tendo em vista as más condições de conservação do documento histórico e também por não dispormos do despacho do *Juiz de Orphãos*.

Todavia frente à carência documental ainda nos foi possível levantar hipóteses e questionamentos que poderão futuramente ser respondidos. Igualmente, podemos endossar essa pesquisa quando vislumbramos na prática a confrontação de informações contidas no início do trabalho face às informações extraídas do documento. A seguir traremos outro documento e uma breve análise.

Agora, seguiremos a análise proposta de mais um documento, datado de 1875 que se trata do atraso na matrícula de um escravo, que segundo a Lei do Ventre Livre aqueles senhores que não realizassem a matrícula no período previsto (à cargo dos Municípios) seriam

obrigados a libertar o(s) escravo(s); portanto se trata de um documento bastante simplório e curto.⁴

Em outra petição, agora requerida por um escravo de nome José, podemos articular os fatos descritos com as prerrogativas da Lei do Ventre Livre, que fora trabalhada anteriormente. É possível analisar os fatos à luz da Lei, no entanto ficamos limitados a um volume menor de hipóteses, por se tratar de um documento curto e um tanto danificado.

Neste documento, o escravo pede para que seja verificado se sua matrícula foi realizada por seu atual senhor, Antônio José Correa Fulia, ou pelo seu antigo dono, João Correa de Mello; a fim de lhe ser eventualmente concedida sua alforria caso nenhum dos dois senhores houvesse feito a sua matrícula: *“José, escravo de Antônio José Corrêa Fulia, requer a Vossa Senhoria que a vila do livro da matrícula geral lhe mande verificar se foi dado a mesma por seu senhor, ou por João Correa de Mello, a quem pertenceo o suplicante...”*.

Havia uma dúvida por parte do escravo José quanto à realização de sua matrícula. Ele tenta se aproveitar dessa dúvida para, amparado na lei, poder pleitear sua liberdade. A parte da lei a que estava vinculada essa petição era o artigo 8º § 2º. Por se tratar de um procedimento jurídico simples, a petição foi despachada e em apenas seis dias foi deferida, logo o escravo José foi considerado liberto, segundo o despacho dado pelo *Juiz de Órphãos* Porfírio de Lessa Freire: *“...assim, julgo em face do documento superior...?...? E mando se lhe dê a carta de liberdade para que entre no pleno gozo da mesma.”*

A ação judicial em prol do escravo José foi bastante rápida, o deferimento da ação foi breve, consequentemente o escravo conquistou sua tão sonhada liberdade decorrente de um equívoco por parte de seu antigo e de seu atual dono. Esses donos por sua vez foram displicentes ao não realizarem a matrícula do escravo.

Não era comum um senhor esquecer-se da matrícula de seu escravo, sabendo que estava passível à perda do mesmo, tendo de lhe conceder a alforria. Comumente em caso de viagem ou ausência do dono do escravo, ele (dono) assinava uma procuração e a passava a alguém de sua confiança para que fosse realizada a matrícula de seus escravos AMARAL (2012).

Não sabemos quais foram os motivos para que os senhores citados na petição deixassem de realizar a matrícula, já que se supõe que estavam cientes das consequências.

⁴ O documento analisado foi encontrado de maneira aleatória, sem constar dados de arquivamento, consequentemente impossibilitando a sua devida referência. Ocorre paralelamente o fato de este mesmo documento encontrar-se danificado pela ação do tempo ou pelo manuseio incorreto, o que dificultou a transcrição.

Percebemos a astúcia do escravo para que a Justiça averiguasse sua situação e assim lhe fosse possível encontrar um meio para conquistar sua liberdade. Neste caso podemos colocar como hipóteses a falta de interesse dos senhores em manter esses escravos, uma vez que o escravismo estava enfraquecido. Provavelmente não seria vantajoso para o senhor mantê-los.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos vislumbrar a partir deste trabalho, juntamente com a bibliografia utilizada todo processo de abolição gradual da escravidão, em que um dos carros chefes deste processo foi a Lei do Ventre Livre. O norte da pesquisa foi o histórico da lei que guiou e orientou a escrita dos demais tópicos, possibilitando relacionar a lei em seu contexto nacional com o contexto regional, tendo como foco a análise de dois documentos específicos enquadrados na Lei de 28 de setembro de 1871.

Foi possível constatar as diversas reações sentidas a partir da promulgação da lei, tal como o mal estar causado na aristocracia imperial que viu aos poucos a sua principal mão de obra sucumbir frente às circunstâncias em que o país se encontrava. Decerto a lei gerou dúvidas também dos escravos, predominantemente em Sergipe, AMARAL (2012), cuja crença era de que a escravidão havia sido abolida. Logo, na perspectiva dos escravos, os seus direitos estavam sendo maculados ao permanecerem na mesma condição jurídica.

Agora, com o advento da Lei do Ventre Livre, os escravos podiam recorrer à Justiça para pleitear sua liberdade, muitos viram nessa situação uma brecha para aproveitar-se de qualquer falha ou equívoco por parte de seus senhores, como pudemos ver anteriormente. A historiografia sergipana aponta algumas histórias como essas, trazendo à tona a astúcia e a perspicácia dos escravos, que buscavam atrozmente sua liberdade.

Apesar das más condições dos documentos históricos utilizados, podemos extrair informações preciosas e pôr em prática a análise documental, transcrevendo o documento e analisando-o. Foi possível mostrar uma singela fração de diversas histórias que se encontram disponíveis no Arquivo do Judiciário e possivelmente instigar a busca pelas respostas das questões levantadas acerca dos documentos, o que torna o “historiar” um deleite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de Setembro de 1871. **Palacio do Rio de Janeiro**. 13 nov. 1872. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Lei. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. **Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 09 out. 2018.

DE CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

EST/C. 2º OF. *Petição na qual a proprietária devido as constantes fugas de uma escrava mãe de uma maior de três anos liberta pela Lei do Ventre, requer a criação da criança*. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Petição Cx. 01/779. 10/08/1875.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2008.

GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PIROUPO DO AMARAL, Sharyse. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860 – 1900)**. Aracaju: Editora Diário Oficial; Salvador: EDUFBA, 2012.

REIS DE QUEIRÓZ, Suely. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ANEXOS

Documento 1:

Hon. Sr. Antonio da Silva de Almeida
 Desemb. Mesa de Resol. da
 Câmara de São Paulo a 1075
 21 de Junho de 1875

José, escravo de Antonio José Lourenço
 Silva, requer a V. S.ª que a vista
 do livro da matrícula geral lhe
 mande certificar se foi dada a
 matrícula por seu Senhor, ou por
 João Lourenço de Almeida, a quem per-
 tencem o D.º e o S.º, antes de se passar
 ao poder de aquelle que

P. a. V. S.ª Exp.
 C. R. e H.ª

Progo do peticionario
 Alexandre Baptista

Certifico que consultei o livro da matrícula geral
 dos escravos existente no município desta
 capital, e elle não consta ter sido

Figura 1 - Petição do escravo José, pedindo para que seja verificada se sua matrícula foi ou não efetuada.

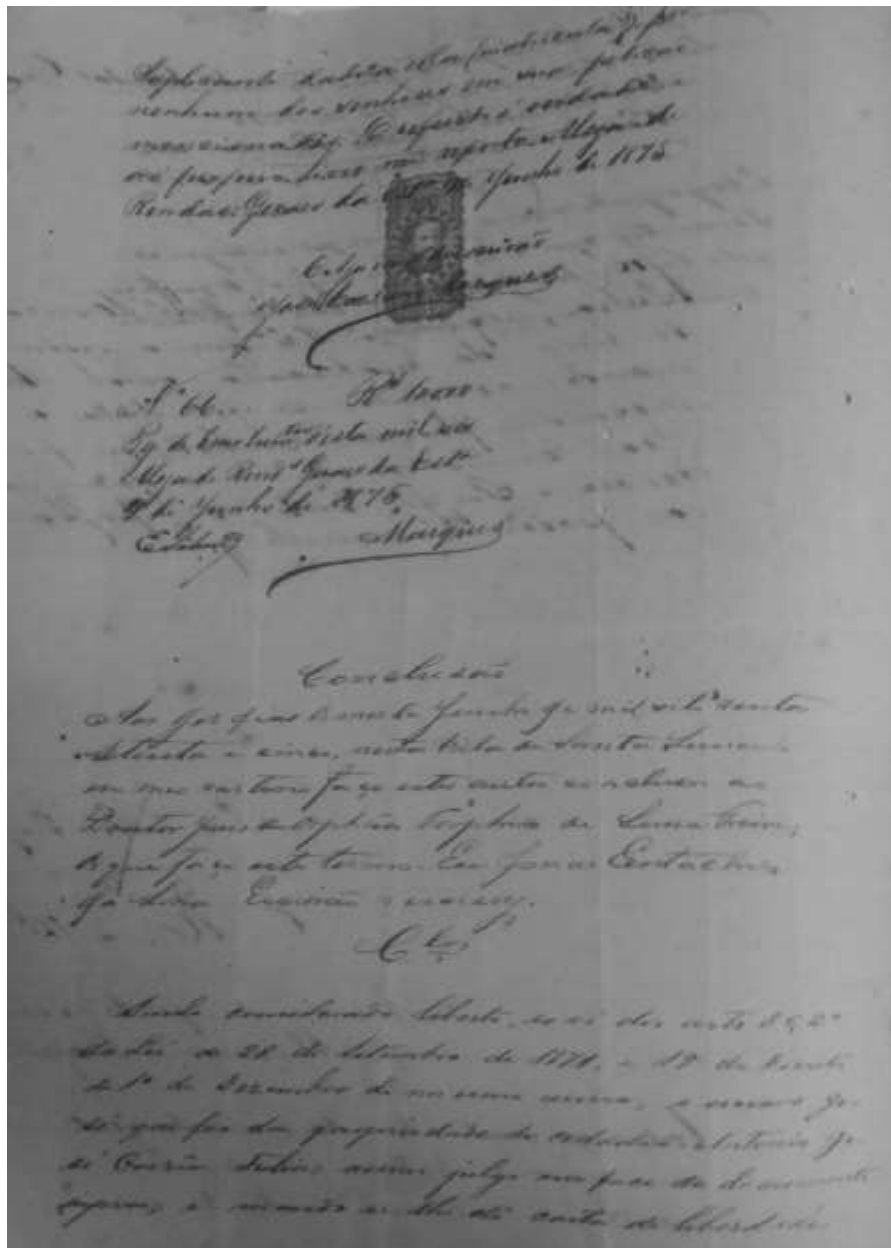


Figura 2 - Continuação do Documento 1, despacho do *Juíz de Órphãos*, ordenando que seja concedida a carta de alforria do escravo José.

[illegible]

Figura 4 - Continuação do Documento 2.

3

NOTA Nº: 26

(Art. 6º do regulamento n. 4,835 de 1º de dezembro
de 1871)

Rosa Clinda da Silveira
residente neste município, declara que no dia 2 de
Março de 1872 nasceu de sua escrava, Selleira,
de nome Domingas Cabra, de su' de que se acha
matriculada com os ns. 615 da matrícula geral do
município e 2 da relação apresentada pelo mesmo
Rosa Clinda, uma criança _____, do sexo
feminino, baptizada com o nome de Isabella,
Guarda

Provincia de Luís
município de Castro
paróquia de N. de Guadalupe
14 de Maio de 1872

1872
1017




Figura 5 - Ficha de matrícula da escrava Domingas.

[illegible]

Figura 7 - Parte final do Documento 2, contendo assinaturas de duas testemunhas a favor da suplicante Rosa Olinda.

TRANSCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Documento 1:

Petição do Escravo José, ao Juiz

Ilustríssimo... ?... ... Homem... ?... ... de... ?... ...

Referido... ?... ... da Estância 4 de junho de 1875

(Nome Ilegível)

José, escravo de Antônio José Corrêa Fúlia, requer a Vossa Senhoria que a vila do livro da matrícula geral lhe mande verificar se foi dado a mesma por seu senhor, ou por João Correa de Mello, a quem pertenceo o suplicante antes os... porfiar?? Ao poder d' aquelle.

...? ?...?

..?. de ...? Alexandre Baptista..?. ...

Certificar que ... o livro da matrícula geral dos escravos existentes no município d' esta repartição, dele não consta ter sido o suplicante da data... matriculado por nenhum dos senhores, em sua petição mencionados??. O referido é verdade e ao proprio livros..?...? Me reporto ?... de Rendas Geraes..?. 4 de junho de 1875.

Nº 66... Reverendo

(ilegível)

4 de junho de 1875

Pagou de emolumentos desta mil réis

Mesa de Rendas Geraes da Estância

4 de junho de 1875

Conclusão

Aos dez? dias do mês de junho de mil oitocentos e setenta e cinco, nesta vila de Santa Luzia em meo cartório faço estes autos concluídos ao Doutor Juiz de Órfãos Porphirio de Lessa Freire; O que faço este termo. Eu Jonas ... da Lima Escrivão ... ??

Carlos

Ainda Considerando liberto, eu vi dos artigo(s) 8º § 2º da Lei de 28 de setembro de 1871, a ..?. do decreto de 1º de dezembro do mesmo ano, o escravo José que foi de propriedade do cidadão Antônio José Corrêa Fúlia; assim, julgo em face do documento superior?? E mando se lhe dê a carta de liberdade para que entre no pleno gozo da mesma.

Santa Luzia, 10 de junho de 1875.

Porphirio de Lessa Freire – Juiz

Data

E logo pelo mesmo Juiz me foi entregue estes autos com o despacho superior de que eu faço este termo. Eu Jonas.?. da Silva. Escrivão.?.

Documento 2:

Descrição: Petição na qual a proprietária devido as constantes fugas de uma escrava, mãe de uma maior de três anos Liberta pela Lei do Ventre Livre, requer a criação da criança.

Data: 10/08/1875

1875

Cidade de Estância

Juízo de Órphãos

Escrivão Alvares

Anotação de uma petição de D. Rosa Olinda da Silveira, requer a posse da filha de sua escrava de nome Domingas, ficando a cargo da suplicante a criação e o tratamento de sua filha ingênua de nome Leonilla.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo... ... parte ilegível

Ilm.º Dr. Juiz de Órphãos

Rosa Olinda da Silveira, senhora possuidora de uma escrava de nome Domingas, não podendo continuar no senhorio da mesma em face do mau procedimento e fugas incessantes, a ponto de não prestar à suplicante serviços mais que uma terça parte de ano, vem requerer a Vossa Senhoria permissão para vende-la, ficando a cargo da suplicante a criação e tratamento de uma filha ingênua, de nome Leonilla, com a qual não manifesta a menor solicitude materna a referida escrava, que, a ela cabia da filha... requer a suplicante acha assento no artigo 8º do regulamento a que se refere o Decreto nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, muito principalmente sendo a ingênua aludida maior de três anos de idade, o documento junto, e renunciando a suplicante o direito que tem a indenização de que trata a 2ª parte do § 1º do artigo 1º da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, do que se lavra... ... produz os presentes effeitos... Nestes termos. (ilegível) ...?...?...

Para Vossa Excelência deferimento

Nota Nº 26

Art. 6º do regulamento nº 4.835 de 1º de dezembro de 1871

Rosa Olinda da Silveira, residente neste município, declara que no dia 5 de março de 1872, nasceu de sua escrava, solteira, de nome Domingas... ... que se acha matriculada com os

números 615 da matrícula geral do município e 2 da relação apresentada pela mesma Rosa Olinda um criança do sexo feminino, baptizada com o nome de Leonilla... ..

Província de Sergipe

Município de Estância

Parochia Nossa Senhora de Guadalupe 14 maio de 1872

Termo de obrigação e tratamento da ingênua Leonilla, e de renúncia e dos méritos que tem á indenização, que assigna D. Rosa Olinda da Silveira, como... se declara.

Aos nove dias do mês de Agosto de mil oitocentos e setenta e cinco, nesta cidade da Estância, em meo cartório comparecerão perante mim a testemunha abaixo assignadas, D. Rosa Olinda da Silveira, moradora nesta cidade ...? ... pela própria de mim Escrivão das mesmas testemunhas e perante estão dessa forma de sua petição de... ?... estes autos e do despacho nela proferido hontem pelo Doutor Juiz de Órfãos Vicente da Silva Portella, o que tudo fará parte deste termo, tendo de vender... .. despacho a sua escrava Domingas ... solteira, dos serviços domésticos, matriculada sob o número seiscentos e quinze da Matrícula Geral do Município e dois da relação apresentada pela supplicante, digo apresentada por ella supplicante por não poder continuar no senhorio da mesma escrava, que digo... pelo presente termo, não só obriga á criação e tratamento de huma filha ingênua da referida escrava, de nome Leonilla, do maior de três annos de idade, como ... renunciava o direito, que ella supplicante tem á indenização, de que trata á segunda parte do paragrapho primeiro do artigo 8º da Lei numero dois mil e quarenta de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e hum. E para constar, e em virtude de assim haver o dito Doutor Juiz de Orphãos ordenado o despacho ... mencionado, farei este termo que, depois de lido e ... conforme assignou a supplicante com as duas testemunhas presentes. Eu Antonio Barreto de Bessa, 1º tabelião do Público, ... Notas e mais ... substituindo – Escrivão de Orphãos o escrevi... ..

Rosa Olinda da Silveira

José ... Castanheira

José Candido ... Abreo

...? ...? ... Estância, 11 de agosto de 1875.